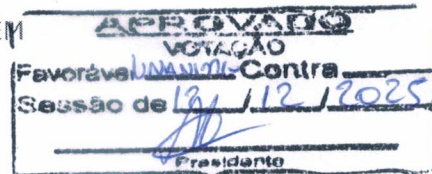
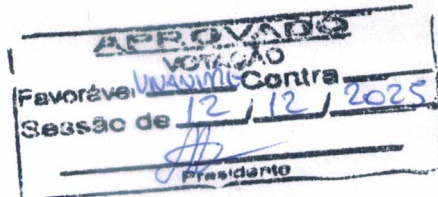


PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM



OFÍCIO Nº 241/2025-GABINETE

Ourém-PA, 04 de dezembro de 2025.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR  
MAURO DO SOCORRO ALENCAR CRUZ  
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE OURÉM  
OURÉM-PA

Senhor Presidente,

Servimo-nos do presente para encaminhar a V. Exa. o **Projeto de Lei nº 12/2025**, que  
**"ALTERA A LEI MUNICIPAL Nº 2.035, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2025, QUE DISPÕE SOBRE O  
PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO DE OURÉM PARA O QUADRIÊNIO 2026-2029 E DÁ OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS."**, em anexo.

Informamos que a proposta acrescenta disposições específicas de compromisso de  
ações para a infância e adolescência, como requisitos para que o município mantenha o  
recebimento do Selo UNICEF em seu novo ciclo de avaliações.

De forma, solicita-se a análise e votação da presente proposta em regime de urgência.

Atenciosamente.

**VALDEMIRO FERNANDES COELHO**  
**JUNIOR:24737305200**

Valdemiro Fernandes Coelho Junior  
Prefeito Municipal de Ourém

**CÂMARA MUNICIPAL DE OURÉM**  
**ESPECÍFICO**

PROTOCOLO Nº: 274/2025

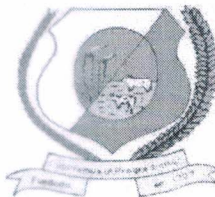
DATA DE RECEBIMENTO: 05/12/2025

Paula Vitória da S. Correia

ODILMA DO SOCORRO GOMES OECHSLER  
PORT. Nº 20/2025

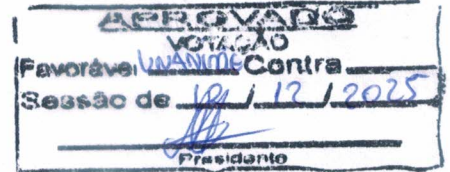
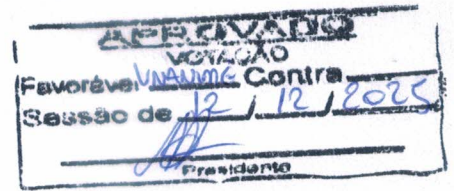
Trav. Lazaro Picanço nº 110, Centro, **Ourém-PA**, CEP: 68640-000. CNPJ Nº 05.149.133/0001-48

Email: [gabinete@ourem.pa.gov.br](mailto:gabinete@ourem.pa.gov.br)



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

## JUSTIFICATIVA



Senhores Vereadores,

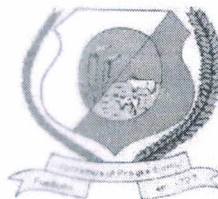
Tenho a honra de encaminhar a Vossas Excelências, para análise desta Colenda Casa Legislativa, com fulcro no artigo 39 da Constituição Federal e no inciso X do artigo 36 da Lei Orgânica Municipal, o Projeto de Lei nº 12/2025, em anexo, que **“ALTERA A LEI MUNICIPAL Nº 2.035, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2025, QUE DISPÕE SOBRE O PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO DE OURÉM PARA O QUADRIÊNIO 2026-2029 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”**

A Lei Municipal nº 2.035/2025 já prevê diversas ações voltadas a criança e adolescente em suas metas, entretanto em seu texto não há o compromisso específico de elaborar e implantar a Agenda Transversal.

Segundo a equipe do Selo Unicef no Estado do Pará, a inclusão dos três artigos é um pré-requisito para que a gestão municipal possa apresentar a Agenda Transversal. Realizar essa ação é garantir que o município possa cumprir seu compromisso com as crianças e adolescentes e avançar com segurança no novo ciclo do Selo UNICEF, integrando as políticas públicas voltadas à promoção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes, de modo a potencializar a intersectorialidade entre as diversas áreas das políticas municipal, e assegurando o princípio da prioridade absoluta e da inclusão previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA

A inclusão dos três artigos no PPA é um primeiro passo para que o município possa apresentar sua Agenda Transversal dos Direitos de Crianças e Adolescentes durante o 1º Fórum Comunitário. Sem esses artigos, o município não poderá construir a agenda e vai comprometer entregas do Selo UNICEF, o que pode inviabilizar a certificação no final do ciclo.

Os novos dispositivos se encontram conforme o art. 12, inciso III, alínea b, da Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

<b>APPROVADO</b>	
VOTAÇÃO	
Favorável	UNÂNIME
Contra	
Sessão de 12 / 12 / 2025	
_____ Presidente	

<b>APPROVADO</b>	
VOTAÇÃO	
Favorável	UNÂNIME
Contra	
Sessão de 12 / 12 / 2025	
_____ Presidente	

Dessa forma, considerando **que** a alteração tem como objetivo de fortalecer o compromisso da gestão municipal com **proteção** e desenvolvimento das crianças e adolescentes do nosso município, urge a aprovação **do presente** projeto de lei.

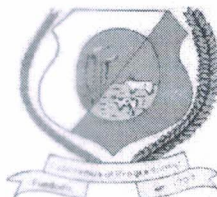
Desde já, coloco esta Administração à disposição desta Casa Legislativa para quaisquer esclarecimentos que se fizerem **necessários**.

Gabinete do Prefeito, 04 de dezembro de 2025.

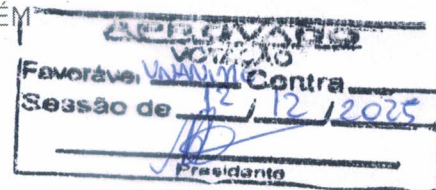
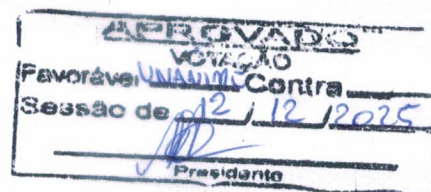
**VALDEMIRO FERNANDES**  
**COELHO JUNIOR:24737305200**

Valdemiro **Fernandes** Coelho Junior  
*Prefeito Municipal de Ourém*





PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM



**PROJETO DE LEI Nº 12, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2025.**

**“ALTERA A LEI MUNICIPAL Nº 2.035, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2025, QUE DISPÕE SOBRE O PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO DE OURÉM PARA O QUADRIÊNIO 2026-2029 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”**

O Prefeito Municipal de Ourém, no uso de suas atribuições legais, submete à Câmara Municipal o seguinte Projeto de Lei:

**Art. 1º.** O Plano Plurianual do município de Ourém para o período de 2026 a 2029, instituído pela Lei nº 2.035, de 24 de novembro de 2025, passa a vigorar com as alterações constantes desta Lei.

**Art. 2º** Acrescentam-se os seguintes artigos ao PPA-2026-2029, a partir de 1º de janeiro de 2026:

**“Art. 7ºA** Considera-se **Agenda Transversal** um conjunto de políticas públicas de diferentes áreas, articuladas para enfrentar problemas complexos que afetam crianças e adolescentes no município.

**Art. 7ºB.** A **Agenda Transversal** de que trata o artigo anterior terá como foco a promoção e a garantia de direitos de crianças e adolescentes, em conformidade com o Estatuto da Criança e do Adolescente e demais normas aplicáveis.

**Art. 7ºC.** O Município terá o prazo de 120 (cento e vinte) dias, a contar da publicação desta Lei, para elaborar e divulgar oficialmente as ações estratégicas da **Agenda Transversal** de que trata esta Lei.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com eficácia de acordo com a Lei nº 2.035, de 24 de novembro de 2025.

Gabinete do Prefeito, 04 de dezembro de 2025.

**VALDEMIRO FERNANDES  
COELHO JUNIOR:24737305200**

Valdemiro Fernandes Coelho Junior  
**Prefeito Municipal de Ourém**





# Câmara Municipal de Ourém

UNIDOS POR OURÉM

## PARECER CONJUNTO DAS COMISSÕES DE JUSTIÇA, LEGISLAÇÃO E REDAÇÃO FINAL E DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

Projeto de Lei nº 12/2025 que Altera a Lei Municipal nº 2.035, de 24 de novembro de 2025, responsável pelo Plano Plurianual 2026–2029 do Município de Ourém/PA para inclusão de dispositivos relativos à Agenda Transversal dos Direitos da Criança e do Adolescente, exigência do Selo UNICEF.

### I – RELATÓRIO

As Comissões Conjuntas de Justiça, Legislação e Redação Final e de Finanças e Orçamento receberam para análise o Projeto de Lei nº 12/2025, encaminhado pelo Prefeito Municipal por meio do Ofício nº 241/2025-GAB, que visa alterar a Lei Municipal nº 2.035, de 24 de novembro de 2025, responsável pelo Plano Plurianual 2026–2029 do Município de Ourém/PA.

O projeto propõe incluir três novos dispositivos (arts. 7º-A, 7º-B e 7º-C) no PPA, estabelecendo conceito, finalidade e prazo para implementação da Agenda Transversal dos Direitos da Criança e do Adolescente, instrumento necessário ao cumprimento de requisitos do novo ciclo do Selo UNICEF, conforme informado na justificativa anexa.

Vieram todas as peças necessárias à análise. É o relatório.

### II – ANÁLISE DA COMISSÃO DE JUSTIÇA, LEGISLAÇÃO E REDAÇÃO FINAL

#### II.1 – Dos Aspectos Constitucionais e Legais

A iniciativa é válida, pois o art. 29 e incisos da Lei Orgânica Municipal atribui ao Chefe do Executivo a competência privativa para propor leis que tratem do Plano Plurianual (PPA) e suas alterações, em conformidade com o art. 165 da Constituição Federal.

A alteração proposta está de acordo com o instituto do PPA e com a competência legislativa municipal para definir diretrizes de políticas públicas.

O projeto atende aos requisitos da Lei Complementar nº 95/1995, incluindo dispositivos acrescidos por meio de numeração com letras (7º-A, 7º-B e 7º-C), o que se encontra plenamente correto no tocante à técnica legislativa.

Não se verifica vício de forma, conteúdo ou iniciativa.

#### II.2 - Do Mérito jurídico

A matéria está em consonância com o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, especialmente com os princípios da prioridade absoluta (art. 4º) e da proteção integral (art. 1º).

A criação da Agenda Transversal reforça a intersetorialidade das políticas públicas, adequando o Município às exigências técnicas da UNICEF.

Dessa forma, a Comissão de Justiça OPINA PELA CONSTITUCIONALIDADE, LEGALIDADE, JURIDICIDADE E BOA TÉCNICA LEGISLATIVA do Projeto de Lei nº 12/2025.

### III – ANÁLISE DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

#### III.1 – Da Compatibilidade e adequação orçamentária

A alteração do PPA não gera aumento imediato de despesas públicas. Os dispositivos incluídos estabelecem diretrizes, não criando programas ou ações com impacto financeiro direto e imediato.

Eventuais despesas necessárias para implementação e execução da Agenda Transversal serão internalizadas posteriormente pelas LDOs e LOAs dos exercícios subsequentes.

Ademais, o projeto fortalece a organização do planejamento governamental e atende aos princípios da eficiência, transparência, planejamento e prioridade absoluta às crianças e adolescentes.

Não há incompatibilidades com metas e prioridades definidas no PPA original.

Assim, a Comissão de Finanças OPINA FAVORAVELMENTE, por inexistirem impedimentos de ordem financeira ou orçamentária.



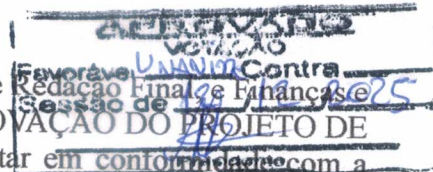
# Câmara Municipal de Ourém

UNIDOS POR OURÉM



## IV – CONCLUSÃO DAS COMISSÕES

Diante do exposto, as Comissões de Justiça, Legislação e Orçamento, DELIBERAM, EM PARECER CONJUNTO, PELA APROVAÇÃO DO PROJETO DE LEI Nº 12/2025, nos termos propostos pelo Poder Executivo, por estar em conformidade com a Constituição Federal, legislação infraconstitucional, Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei Orgânica Municipal e técnicas legislativas aplicáveis.



Recomenda-se apenas uniformizar a numeração do projeto, pois o documento menciona “Projeto de Lei nº 06/2025” nos dispositivos, embora o ofício e a justificativa indiquem “Projeto de Lei nº 12/2025”.

Sala das Comissões da Câmara Municipal de Ourém – PA, 09 de dezembro de 2025.

**Francisco Reginaldo Oliveira Silva**  
Presidente  
Comissão de Finanças e Orçamento

**Francisco Junior Linhares**  
Relator

**Geraldo Leocadio dos Santos**  
Membro

**Eduardo Gomes Oechsler**  
Presidente da Comissão de Justiça Legislação e Redação Final

**Walber Lueniton de Negreiros**  
Relator

**José Maria dos Santos Farias**  
Membro